



(União de Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro)

Os produtores de leite e de carne não aguentam mais! Anos de desprezo por parte de sucessivos Governos destruíram mais de 70 mil explorações leiteiras, só no distrito de Aveiro foram 2000, e no ano de 2022 encerraram perto de 200 explorações.

Mais de 30 anos de PAC, o fim das quotas leiteiras, anos consecutivos de baixos preços à produção, elevados custos para produzir e lucros que só acumulam na conta dos grupos económicos, deixaram o sector em ruínas.

Num ano que julgamos decisivo para o sector e tendo em conta que o sr. ministro da Agricultura define o sector da agricultura como sendo estratégico para o país, os agricultores do distrito de Aveiro, descontentes com a situação dramática de falta de condições vivida diariamente pelo sector, acentuada pelas intempéries, e tendo em conta a actual situação económica da pequena e media Agricultura Familiar, reclamam medidas urgentes, em defesa da **soberania alimentar** e da produção nacional, contra o acordo EU-MERCOSUL, por rendimentos dignos para os produtores e contra o aumento do custo de vida.

Por isso agricultores reclamam:

1. Garantias de condições para escoamento da produção de leite, carne, fruta e hortícolas a **preços justos**, através da criação de uma lei que proíba a venda abaixo do custo de produção.
2. **Regulação e fiscalização** da actividade da grande distribuição e do agro-negócio, **controlo fronteiriço** das importações visando garantir a higiene e segurança alimentar e o bem-estar animal.
3. Regulação que **imponha limites máximos nos preços dos factores de produção** para travar a especulação e a escalada brutal dos preços dos mesmos. Se necessário, o Ministério deve comprar estes produtos e distribuí-los, a preço justo, preferencialmente aos pequenos e médios Agricultores.
4. Um Ministério da Agricultura reforçado de meios, e integrando as áreas das Florestas e do Desenvolvimento Rural, para dar resposta aos problemas estruturais do sector.
5. Acesso dos pequenos e médios agricultores aos apoios nacionais e comunitários com majorações significativas, de forma a pôr fim a uma injustiça histórica e distribuir os apoios de forma justa, dando prioridade aos pequenos e médios produtores, contribuindo também desta forma para a coesão territorial, reduzindo a desertificação e contribuindo para a prevenção de incêndios, em detrimento dos grandes latifundiários que recebem já 80% das ajudas.
6. Aumento dos descontos em vigor para o gasóleo agrícola, garantindo que os agricultores não pagam mais que em Janeiro 2021, e concretização urgente para todos do apoio aos custos com a electricidade verde.
7. Concretização, de uma vez por todas e de uma forma plena, das medidas que constam no **Estatuto da Agricultura Familiar**.
8. **Apoio técnico e financeiro** da parte do Ministério que permita o desenvolvimento das pequenas e médias explorações familiares nomeadamente na questão da legalização das explorações leiteiras no distrito.
9. Apoio célere aos prejuízos causados pelas recentes intempéries e pelos incêndios que afectaram significativamente as explorações agrícolas e florestais no distrito, tanto em 2024 como em 2025.
10. **Linhas de crédito** altamente bonificado, a longo prazo e com carência do início do pagamento, mesmo para reestruturar dívidas existentes.

Válega, 4 Março 2026